

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TUBARÃO**

**EDITAL 01/2020
TOMADA DE PREÇOS**

TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM RODRIGUES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.895.635/0001-18, endereço na Rodovia Paulino Búrigo, nº 840, Bairro Vila Nova, Jaraguá/SC, CEP 88.820-000, neste ato representada por seu sócio administrador Ederson Rodrigues, vem, respeitosamente, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO**, conforme a lei 8.666/93, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos:

DOS FUNDAMENTOS

A Recorrente apresentou todos os documentos hábeis para a participação no processo licitatório em epígrafe. Observou todo o exigido pelo edital e apresentou em tempo a documentação exigida para a participação do certame.

Ocorre que esta respeitável Comissão Permanente desclassificou a empresa Recorrente na fase de habilitação técnica, pelo motivo de que **“a licitante JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA EPP não atendeu ao item 4.1.3, subitem b 1.8 do Edital, pois deixou de apresentar documento comprobatório correspondente.”**

Vejamos o que diz o edital no item 4.1.3, subitem b 1.8:

4.1.3 QUANTO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

[...]

b.1.8. **Execução de Poço de Visita**: 3 unidades; (grifamos)

Todavia foram juntados aos documentos de habilitação “atestado de capacidade técnica” e “CATs” onde relata-se a execução de diversas obras semelhantes e com as mesmas características técnicas de engenharia exigidas no edital, senão vejamos.

O documento comprobatório exigido no item 4.1.3, subitem b 1.8 do Edital foi devidamente apresentado, o que difere é somente a nomenclatura utilizada. Cumpre-nos esclarecer que “**poço de visita**” e “**boca de lobo**” são obras semelhantes, ambas com a mesma técnica de engenharia. A diferença, grosso modo, seria a tampa de aço fundido que normalmente existe no poço de visita. Contudo, importante salientar que o poço de visita constante no projeto de execução objeto do presente certame não possui referida tampa de aço fundido, sendo idêntica aquelas nominadas de “boca de lobo” apresentadas nas CATs juntadas aos documentos de habilitação apresentados em 05/02/2020.

Ilustre Julgador, resumindo e simplificando: quem executa a obra de construção de boca de lobo, do mesmo modo executa a obra de poço de visita, uma vez que ambas são semelhantes e possuem a mesma técnica de engenharia!

Conforme já informado, todas as CATS apresentadas constam a execução de obras idênticas aquelas exigidas no Edital, não havendo motivo que justifique a inabilitação da recorrente. O que diferencia são os nomes apresentados nos referidos documentos, o que, conforme já esclarecido acima, não pode ser sopesado, eis que se tratam de obras idênticas por características e técnicas de engenharias.

Outro ponto a ser levado em consideração é que -FATO- não se verifica nenhum prejuízo ao Ente Público a diferença da nomenclatura exigida no Edital e a apresentada, até porque, as obras são verdadeiramente idênticas.

Destarte, referido excesso de formalismo não pode prejudicar a Recorrente e tampouco afastar o interesse público de haver ampla participação no procedimento licitatório, com diversas Empresas que possibilitem a maior vantagem ao Ente Público, o que de fato não foi observado pela comissão.

Tal fato não pode fazer com que a Recorrente seja desclassificada do presente certame, conforme se pode depreender da moderna jurisprudência nesse tocante:

Certo que a Administração, em tema de licitação, está vinculada às normas e condições estabelecidas no Edital (Lei nº 8.666/93, art. 41), e, especialmente, ao princípio da legalidade, não deve, contudo, em homenagem ao princípio da razoabilidade, prestigiar de forma exacerbada o rigor formal. IV- O equívoco cometido pelas Impetrantes de troca de conteúdo dos envelopes com os documentos relativos à habilitação e à proposta de preços não trouxe prejuízos à regularidade da licitação, tratando-se de erro sanável. V- Negado provimento à Remessa Necessária. (TRF 2ª R, REO-Ap. Cív. 2009.51.01.024237-6, Rel. Des. Fed. Raldênio Bonifacio Costa, DJ de 17/11/2010).

MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO – HABILITAÇÃO – INDEFERIMENTO – ERRO MATERIAL – EQUÍVOCO IRRELEVANTE – AUSÊNCIA DE PREJUÍZO – 1- A inabilitação do impetrante foi motivada pelo fato do mesmo ter apresentado, em sua documentação, declaração com numeração que não correspondia com o edital. 2- Nos termos da condição 29, subitem 29.10 do edital, a impetrante deveria apresentar declaração de inexistência de fato impeditivo da habilitação na Concorrência nº 02/2006. No entanto, constou de sua declaração, a afirmação de não possuir fato impeditivo para a habilitação, salientando atender ao previsto na Condição 29, subitem 29.10, do edital da Concorrência nº 01/2006. 3- Trata-se de mero erro material, facilmente identificável pelas circunstâncias da declaração e que em nada compromete a lisura do procedimento. 4- A Administração agiu com excesso de

formalismo, prejudicando o objetivo do procedimento, que é o de selecionar a melhor proposta, na medida em que levou em consideração um equívoco que em nada afeta a higidez do procedimento. Por outro lado, a impetrada sequer se manifestou no processo para defender seu ato ou mesmo apontar o prejuízo eventualmente verificado na conduta do impetrante. 5- Remessa oficial improvida. (TRF 3ª R, RN 2006.60.00.008401-4/MS, Rel. Juiz Federal Ricardo China, DJ de 19/04/2011). (grifamos)

Referida desclassificação somente prejudica e viola sobremaneira os princípios do interesse público e de eficiência da Administração Pública, uma vez que diminui a chance de proposta na concorrência, o que enseja, por consequência, em um maior preço a ser pago pelo Ente Público.

Isso tudo ocasionado por um excessivo e inexplicável formalismo, que prejudica a própria Administração.

Ora, de tal análise só podemos concluir que a principal prejudicada pela injusta e indevida desclassificação da Recorrente do certame foi à própria Municipalidade, motivo pelo qual se faz necessário o acolhimento do presente Recurso, com o objetivo de recolocar a Empresa no certame.

Neste caso, a formalidade não pode ser valorizada em total detrimento do interesse público, conforme assentado no TJSC:

REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO INSTAURADA PELA CELESC. NEGATIVA DE HABILITAÇÃO POR INDICAÇÃO A MENOS, NA PROPOSTA, DO NÚMERO DE CAIXAS DE PRIMEIROS SOCORROS EXIGIDOS EM ITEM EDITALÍCIO. EQUIPAMENTOS QUE SERIAM INSPECIONADOS APÓS A HOMOLOGAÇÃO DAS PROPOSTAS. POSSIBILIDADE DE RETIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO. FINALIDADE E REQUISITOS DO EDITAL SATISFEITOS. **EXCESSO DE FORMALISMO. AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE. ILEGALIDADE DO ATO. PRESERVAÇÃO, ADEMAIS, DO INTERESSE PÚBLICO. SEGURANÇA CONCEDIDA.**

1. Obstar a habilitação de uma empresa em procedimento licitatório por ter indicado número de caixas de primeiros socorros inferior ao exigido no edital é EXCESSO de FORMALISMO que prejudica a consecução da melhor proposta. 2. Como ensina Marçal Justen Filho: "não se pretende negar que a isonomia é valor essencial, norteador da LICITAÇÃO. Mas é necessário, assegurado tratamento isonômico idêntico e equivalente a todos os licitantes, possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa. Não é cabível excluir propostas vantajosas ou potencialmente satisfatórias apenas por apresentarem defeitos irrelevantes ou porque o 'princípio da isonomia' imporia tratamento de extremo rigor. **A isonomia não obriga adoção de FORMALISMO irracional.** Atende-se ao princípio da isonomia quando se assegura que todos os licitantes poderão ser beneficiados por tratamento menos severo. Aplicando o princípio da proporcionalidade, poderia cogitar-se até mesmo de correção de defeitos secundários nas propostas dos licitantes" (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 11. ed., São Paulo: Dialética, 2005. p. 43). (Reex. Nec. em MS n. 2007.061035-2, de Lages, Rel. Des. Vanderlei Romer, julgado em 18/07/2008).

Necessário ressaltar decisão em processo análogo, onde acabou por concedida tutela antecipada para sustar decisão que havia considerado inabilitada a recorrente no processo licitatório, autos sob nº 0313065-18.2016.8.24.0023. Vejamos:

"Alega que foi inabilitada em licitação **sob o argumento de não ter apresentado documentação (atestado de capacidade técnica e certidão de acervo técnico) conforme as exigências mínimas previstas no edital. Reputa que preenche satisfatoriamente aqueles requisitos e que o reclamo vale por excesso de formalismo. (...) Se é assim tenho que a inabilitação foi mesmo precipitada na medida que o atestado de capacidade técnica fornecido pela empresa é – até textualmente falando – muito similar aquilo que fora previsto no instrumento convocatório (fls. 57, 58 e 59) contando inclusive com quantitativo superior ao que queria a Administração. A exigência invocada pela autoridade, para repetir um chavão, representa um excesso de formalismo, ou, para ser mais preciso, um rigor exacerbado, pois condiciona a participação da licitante em critério cujo subjetivismo adotado pela Administração não é de mais razoáveis, ferindo, em última análise, o próprio caráter competitivo do**

certame.(...) Assim, defiro a liminar para sustar a decisão que inabilitou a impetrante, afastando o argumento relativo ao não atendimento das exigências previstas no item 5.3.2 do edital, determinando a autoridade de que considere a autora como habilitada, de sorte a prosseguir no certame como de direito. 25/11/2016. Hélio do Valle Pereira” (grifamos)

Ainda, segue trecho de decisão interlocutória havida em processo muito semelhante ao caso em voga:

Ante o exposto, porque presentes os requisitos autorizadores, **DEFIRO a liminar requerida, determinando que a autoridade coatora suspenda a decisão que inabilitou a impetrante, bem como para que considere as especificações contidas nos documentos de fls. 117/130 como as exigidas no item 4.3.3 do Edital 032/16.** Consigno que esta decisão não impede a autoridade coatora de rever o ato administrativo (Súmula 473 do STF), e habilitar à impetrante no processo licitatório, desde que os demais documentos de habilitação da impetrante atendam às exigências do edital. 09/06/2017. João Baptista Vieira Sell. Processo 0308785-15.2017.8.24.0008 (grifamos)

Ainda neste mesmo sentido, segue trecho de sentença em Mandado de Segurança, em caso idêntico - autos nº 0313065-18.2016.8.24.0023:

“[...] Assim, julgo procedente o pedido para desconstituir a decisão que inabilitou a impetrante, **afastando o argumento relativo ao não atendimento das exigências previstas no item 5.3.2 do edital, determinando à autoridade que considere a autora como habilitada, de sorte a prosseguir no certame como de direito** – ressalvado outro

impedimento não tratado nos autos. 17/0-17017". Hélio do Valle Pereira (grifamos)

Segue anexo à presente defesa administrativa a íntegra de ambas decisões.

Portanto, por todos os motivos expostos, em virtude do excessivo rigor formalista e estando comprovadamente a Recorrente tecnicamente habilitada, merece ser anulada a desclassificação, com a consequente inclusão da Recorrente no rol de empresas participantes da fase de abertura de envelopes de preços.

Requer o recebimento do presente recurso no efeito suspensivo, nos termos do §2º do art. 109 da Lei 8.666/93.

Tubarão (SC), 12 de fevereiro de 2020.

TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM RODRIGUES LTDA.
CNPJ nº. 05.895.635/0001-18
Sócio administrador Ederson Rodrigues